

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E OS SUJEITOS ESCOLARES: UM RELATO DA ESCOLA MUNICIPAL BEM QUERER

Jonathan Aurélio Sousa Sales Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de compreender a importância da elaboração do projeto pedagógico das instituições escolares a partir do trabalho coletivo, onde os sujeitos escolares possam participar da sua elaboração, contribuindo com suas vivências e experiências dos diferentes espaços escolares. Em diálogo com esse objetivo, foi desenvolvida uma pesquisa na escola Municipal Bem Querer na cidade de Vitória da Conquista – BA, onde um total de 13 pessoas entre gestor, professores e alunos, participaram. A pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa e tem como centralidade, identificar as compreensões, aspirações e contribuições desses sujeitos na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola estudada. Também, foi realizada uma análise dos prescritos sobre Projeto Pedagógico na Lei de diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96, com objetivo de compreender as responsabilidades das instituições escolares para a produção do PPP diante a lei educacional brasileira, problematizando, ainda, como a LDB aborda a necessidade da construção coletiva desse projeto. A pesquisa está embasada em trabalhos teóricos de autores como Luck (2013), Longhi; Bento (2006), Vansconcelos (2002), Veiga (2001) dentre outros, para compressão de categorias como gestão democrática, e construção coletiva do PPP. O trabalho justifica-se, pois, estudos que buscam entender o PPP e a importância da sua construção coletiva, fortalecem a elaboração responsável do documento. Com a análise dos dados produzidos, foi possível identificar um distanciamento da comunidade escolar com o PPP vigente na escola estudada, exemplo da falta de atualização do mesmo e da pouca participação dos sujeitos na sua elaboração.

Palavras Chave: Gestão democrática, Sujeitos Escolares, Projeto Político Pedagógico, Ensino/aprendizagem.

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em educação PPGEd – UESB, (Bolsista CAPES).
E-mail: jonathanaurelio.sss@gmail.com;

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico representa um documento de grande importância para as instituições escolares. Nele se encontram estratégias que poderão guiar a escola dentro de todo um ano letivo, estratégias essas que vão desde o desenvolvimento e aplicação de atividades extracurriculares, até a descrição do currículo a ser seguido pela escola, dentre outros elementos.

Entretanto, são inúmeros os desafios para a sua construção e funcionalidade. Para a sua elaboração, por exemplo, autores como Longhi e Bento (2006) e Vasconcelos (2002) enfatizam que essa construção deva ser coletiva, pois é dessa forma que o projeto pode realmente atender as necessidades de todos os agentes envolvidos no dia a dia da instituição, contudo, trabalhar a participação coletiva desses sujeitos é um grande desafio, principalmente, por se tratar de todos os agentes da escola como os pais, professores, o corpo administrativo da escola e dos próprios alunos. A garantia da funcionalidade e aplicabilidade desse documento, e das atividades pensadas previamente são apenas possíveis, muitas vezes, se essa elaboração abarcar a participação de todos os agentes que vivencia a escola e o seu entorno. Nesse contexto, ouvir a voz do sujeito escolar é extremamente importante para que o PPP não seja apenas mais um documento obrigatório a ser desenvolvido pela escola, mais se torne um aliado para ganhos da relação de ensino e aprendizagem e para a construção da identidade da instituição. Pois como trata Filho (2002) os professores e alunos participam ativamente da construção da escola, logo, essa construção garante que os sujeitos que vivem e produzem o espaço escolar, participe ativamente da elaboração de um projeto importe como o PPP.

Dessa forma, o presente trabalho pretende compreender como os prescritos do PPP estão sendo desenvolvidos no dia a dia da escola, assim como identificar as opiniões dos agentes escolares, representados pelos professores, alunos e gestores, perante a importância do PPP para a escola e a sua real aplicabilidade, analisada por meio das atividades previstas no documento. O trabalho justifica-se, à medida que estudos que buscam compreender a presença das vozes dos sujeitos escolares perante a um documento essencial para pensar a melhoria da escola pública brasileira, podem fortalecer a importância da sua elaboração responsável, da sua representatividade e da sua construção coletiva.

A pesquisa foi de cunho qualitativo a partir de um estudo de caso, onde seguiu dois procedimentos metodológicos principais, a leitura bibliográfica, e a produção de dados por meio de entrevistas, aos professores e gestor, e questionário aos alunos. A escola estudada foi

a escola Municipal do Bem-Querer, que fica localizada dentro do campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, no bairro bem querer região leste da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

POCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Escola Municipal do Bem-Querer trabalha com o ensino fundamental I e II, funcionando em dois horários, onde o fundamental I, é realizado no horário matutino e II no vespertino. Um total de 335 alunos estavam matriculados no ano da pesquisa, que foi desenvolvida em 2016 como requisito de avaliação da disciplina Práticas em Projetos Aplicados ao ensino de Geografia.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário seguir alguns procedimentos metodológicos. O levantamento do referencial teórico, seguindo a discussão de categorias como: construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, gestão democrática e sujeitos escolares. Também, foi realizado uma análise da Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), lei 9394 de 1988, buscando compreender o prescrito da legislação educacional brasileira acerca da elaboração dos Projetos político pedagógico. Para ouvir a “voz” dos sujeitos da Escola Municipal Bem Querer, também foi realizado uma produção de dados por meio da aplicação de entrevistas ao gestor, e aos professores e questionários aos alunos, onde total um de 13 sujeitos participaram da pesquisa, um gestor, dois professores e dez alunos.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa, uma vez entendendo que os dados produzidos, interpretados e descritos são “[...] ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16), sendo de grande contribuição para a compreensão do objetivo proposto por considerar as narrativas como elemento de pesquisa. Nessa perspectiva, os dados são levantados em contextos naturais buscando compreender os diversos aspectos dos sujeitos envolvidos na pesquisa, assim, o trabalho empírico da abordagem qualitativa permite que essas diversas narrativas presentes sejam analisadas para a produção dos dados.

Projeto Político Pedagógico: Dilemas e perspectivas

O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve se constituir na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola. Por isso, sua elaboração requer, para que seja

uma expressão viva dos sujeitos escolares, a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar, sendo então um projeto coletivo. Todavia, articular e construir espaços participativos, para que se possa produzir coletivamente um projeto que caracterize não apenas a identidade da escola, mas também o que pretende ser desenvolvido durante o ano letivo, exige método, organização, sistematização e gestão democrática.

A importância do PPP está na possibilidade de almejar uma instituição de ensino com uma educação eficiente e de qualidade, onde todos possam ser agentes pensantes no processo de elaboração das ações presentes no documento e exigindo a promoção de uma gestão democrática e descentralizada. É um documento completo o suficiente, tornando-se uma rota flexível o bastante para se adaptar às necessidades dos alunos e da instituição. Ele é um projeto que premedita e reflete sobre ações de curto, médio e longo prazo, nas diferentes áreas do processo educativo como conteúdo a ser ministrado, avaliações e funções, e relações estabelecidas dentro da escola, pela comunidade escolar, e fora dela, na relação da escola com a comunidade. (LONGHI; BENTO, 2006).

Os termos que compõem o nome do projeto/documento exprimem muito sobre ele. É inicialmente um projeto, pois reúne propostas de ação concreta a executar durante determinados períodos de tempo. É essencialmente político, pois além de considerar a escola como um espaço de formação de agentes conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, podendo modificar a sua realidade, também constam planejamento de elementos administrativos da escola. E de fim pedagógico, por definir e organizar atividades e projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

A autonomia e responsabilidade da escola de elaborar e avaliar o seu Projeto pedagógico é previsto em lei pela legislação educacional brasileira. Essa premissa está disposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) Lei nº 9394/96, mais diretamente no art.12 em seu inciso I, onde traz que os estabelecimentos de ensino terão a responsabilidade de “elaborar e executar sua proposta pedagógica.” (BRASIL, 2017). O artigo 12 da LDB, não retrata diretamente a produção coletiva do PPP, contudo, outros dois artigos da lei podem ser interpretados como prescritos que inserem a necessidade dessa construção de forma coletiva. O princípio da gestão democrática, presente no art. 14 onde traz, em seu inciso I, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico como princípio da chamada gestão democrática, que traz ainda, a participação da comunidade escolar e local, em conselhos escolares ou equivalentes; e no art. 13 que estabelece como missão dos professores, em seu inciso I, participar da elaboração do projeto pedagógico da instituição escolar.

A garantia da participação de professores e dos sujeitos que compõe o espaço escolar na elaboração do projeto pedagógico presente na lei, promove uma dimensão democrática na escola, e nessa perspectiva, as decisões não centralizadas no gestor propiciam um processo de fortalecimento do papel social da escola por meio de um trabalho coletivo, onde todos os segmentos participantes da comunidade escolar, debatem e desenvolvem um documento importante e norteador das práticas educativas. Todos os sujeitos escolares, respeitando uma mínima hierarquia de posições, possui responsabilidades e elementos importantes para a acrescentar na elaboração e efetivação do PPP.

É possível observar, na análise dos prescritos sobre a elaboração da proposta pedagógica presente na LDB, que o princípio da gestão democrática é um elemento indispensável nas ações administrativas da instituição escolar, portanto é importante, além de entender a participação de alunos e professores na construção do documento, compreender o indispensável papel da gestão democrática, descentralizada e horizontalizada, para a efetiva construção coletiva do Projeto.

SUJEITOS ESCOLARES E SUA IMPORTÂNCIA NA ELABORAÇÃO DO PPP

Longhi e Bento (2006) apontam quais sujeitos escolares devem participar da elaboração do PPP, uma vez a instituição escolar tendo o compromisso com a elaboração participativa do documento, são eles “[...] funcionários da escola (administrativo, financeiro, pedagógico), alunos, familiares e comunidade.” (p.174). A pesquisa centralizou-se em três sujeitos principais, o gestor e professor, que estão dentro do quadro de funcionários da escola, e os alunos.

Um dos sujeitos que é de grande relevância, sendo a “engrenagem” que pode possibilitar a concreta elaboração coletiva do documento, é o gestor escolar. A função do gestor constitui um dos componentes essenciais para a boa funcionalidade do ambiente escolar, fazendo papel de mediador, devendo sempre promover momentos de interação e conter os conflitos, buscando o bem comum da comunidade escolar e do bom funcionamento da instituição. Sobre o cargo de diretor, Alonso (1985) afirma que:

O cargo de diretor de escolas representa a configuração da autoridade administrativa ao nível do micro sistema. Ele se apresenta como o responsável geral pelo desenvolvimento das atividades escolares e, conseqüentemente, pelo adequado desempenho de um grupo de profissionais com relação ao alcance de um objetivo estabelecido (p. 38).

Como apresenta Alonso (1985) o diretor tem, dentre muitas outras funcionalidades, a responsabilidade de avaliar e prover o bom desempenho de objetivos estabelecidos, objetivos esses que podem estar presentes no PPP. Logo, o processo de elaboração do projeto é o ponto inicial para a promoção do bom desempenho da escola, sendo então indispensável a ação do diretor. Cabe a direção mostrar a comunidade escolar a importância do PPP e, ao mesmo tempo, incentivar a sua participação na elaboração ou atualização. Esse profissional deverá assegurar condições para elaboração do PPP tomando a frente para a sua construção e efetivação, buscando caminhos para motivação de todos os sujeitos envolvidos. Esse processo é um grande desafio, pois ele irá se relacionar com diferentes sujeitos e com suas diferentes posições, Vasconcellos (2002) afirma que:

A gestão envolve estratégias, onde a comunicação exerce papel fundamental, como ponto de partida para que todos se entendam. Assim é importante ao gestor discutir soluções possíveis e promover negociações, assumir responsabilidades e deixar que os outros também assumam; ser ouvido, mas também ouvir, valorizar os aspectos positivos do grupo, deixando claras as suas intenções para com a escola e zelar pela total transparência de todas as ações (p. 62).

Problematizando o papel da gestão, é possível observar que a transparência faz parte importante de uma gestão democrática, elemento essencial para a efetivação da elaboração coletiva do PPP. A própria mudança para o termo gestão em contrapartida ao de direção, é reflexo de uma nova forma de pensar a administração escolar de maneira mais horizontalizada com todos os sujeitos sendo ativos e respeitando o interesse coletivo (LUCK, 2013). Nesse sentido, uma reflexão apontada por Veiga (2001) é bastante interessante, ele retrata que os espaços abertos para a reflexão coletiva que favoreça a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos no processo educativo, são relações de trabalho importantes para uma escola calcada na solidariedade, reciprocidade e participação coletiva.

Heloísa Luck em seu trabalho intitulado “gestão educacional: uma questão paradigmática” lançado em 2013 pela editora vozes, onde problematiza a gestão educacional entendendo que a concepção de gestão não substitui mais supera a de administração, afirma que “a gestão [...] permiti superar a limitação da fragmentação e da descontextualização e construir, pela óptica abrangente e interativa, a visão e orientação de conjunto, a partir da qual se desenvolvem ações articuladas e mais consistente”. (LUCK, 2013 p.43)

A gestão democrática propõe a contramão do autoritarismo, apegando-se as relações democráticas, dando direito a participação de toda comunidade escolar nas resoluções referentes a escola, incluindo o processo da construção do PPP. Nesse caminho que se

reconhece a participação das vozes de outros dois importantes sujeitos escolares, os professores e alunos.

A escola possui um papel social, e é promotora de uma cultura própria, entretanto, são os sujeitos que à compõem que faz esse complexo organismo funcionar, sujeitos esses que, por sua vez, ocupam posições com características próprias. Filho (2002) ao discutir escolarização, cultura e forma escolar, inserindo os sujeitos escolares como elementos-chave da cultura escolar, discorre que:

Compreendê-los como componentes de uma cultura escolar quer enfatizar a idéia de que os sujeitos escolares, alunos e professores sobretudo, não apenas põem em funcionamento uma instituição e uma cultura definidas sem sua presença, mas, pelo contrário, que professores e alunos participam ativamente na construção da escola e da cultura escolar e de si mesmos como sujeitos sociais. (FILHO, 2002 p.18)

Apesar da escola ser um organismo que compõe a sociedade moderna, e de ser detentora de características próprias independentes, compreender os sujeitos enquanto elementos da cultura escolar, é reconhecer que esses participam ativamente da sua construção, essa necessidade de se produzir um documento norteador das atividades escolares de maneira coletiva, onde esses sujeitos são agentes importantes, é um exemplo. Por isso professores e alunos, ocupando posições hierarquicamente definidas, professores na produção de atividades e organização do currículo, e alunos, expondo seus anseios e ideias a partir da vivência do cotidiano escolar, devem ser voz ativa na elaboração do PPP.

Em um interessante trabalho sobre a construção coletiva do projeto político pedagógico, Longhi e Bento (2006) aborda a importância da equipe de professores e dos alunos na elaboração do documento. Sobre o professor, afirmam ser importante que esses profissionais participem da elaboração do PPP, pois podem trazer a discussão sobre a sua visão de educação e também elaborar ações possíveis de serem executadas. A respeito dos alunos, ela traz que “[...] é necessário conhecer a realidade em que vivem os alunos da escola, a sua história de vida e os seus sonhos para o futuro e refletir sobre eles. [...] os alunos devem ser ouvidos para que possa ser entendida a visão que os mesmos têm da escola onde estudam” (p.175). Daí a importância de ouvir as vozes que compõe a comunidade escolar, para contribuir no processo de construção do PPP, e identificar possíveis falhas e acertos na efetivação do prescrito no documento.

A VOZ DOS SUJEITOS DA ESCOLA MUNICIPAL BEM QUERER

No momento da pesquisa, o Projeto Político Pedagógico da escola estava desatualizado, onde foi elaborado no ano de 2008 e estando vigente até então. Ao questionar a diretora sobre atualização do documento e se essa estava sendo desenvolvida a partir de uma construção coletiva, foi informado que ela não tinha detalhes, pois estava afastada da escola a um tempo, retornando as suas atividades no momento da entrevista. Segundo a diretora, quem estava mais informada desse processo de atualização era a coordenadora que a substituiu, completando, afirmou que na elaboração do PPP em 2008, poucos professores fizeram parte. Com a direção da escola não foi possível extrair muita informação referente a elaboração do documento, por final, foi relatado apenas a existência dos projetos como o Mais Educação, Olimpíadas, Projeto ler, Roda de reforço, Projeto Sexualidade e Projeto Reciclagem.

Com as professoras somente duas responderam. Entretanto, a primeira (1P), por estar a pouco tempo na escola, se limitou a responder aos questionamentos com: “não sei” e “não estava presente”. A segunda professora entrevistada (2P), com mais tempo de trabalho na instituição pesquisada e por conhecer mais o processo de elaboração do PPP, forneceu bastante informação. Um dos papéis do professor na elaboração do PPP é trazer referências teóricas para fundamentar as ideias e opiniões (LONGHI; BENTO, 2006). Dessa maneira, foi questionado quais referências norteavam o PPP da escola, onde não foi obtida respostas concisas. As atividades elencadas pelas professoras entrevistadas como desenvolvidas na escola foram: Mais Educação, Leitura, Roda (reforço), Sexualidade e reciclagem. As maiores dificuldades para a aplicação de atividades previstas no PPP, segundo a professora 2P, é a falta de tempo.

Quanto questionadas sobre quais sujeitos participaram da elaboração do PPP, a professora 1P, disse que todos haviam participado (Direção, professores, coordenadores, alunos, funcionários, pais e comunidade), enquanto a 2P disse que apenas direção, coordenação professores e funcionários participaram dessa elaboração. Faltando os alunos, um agente escolar importante a ser considerando na elaboração desse documento. O que se pode identificar com as respostas sobre o PPP por parte das professoras, são as dissonâncias entre as respostas, o que pode ser ocasionado pela diferença de tempo de atuação na referida escola dessas profissionais.

As realidades distintas e diversificadas, tão inerentes na sociedade, não são vias distantes das escolas, pois os alunos trazem consigo toda carga social da convivência diária com a comunidade, com a família em que está inserida. Essa diversidade faz com que a escola se estabeleça como um ambiente de convivência e troca de conhecimentos não só entre o aluno e professor, com a relação ensino aprendizagem constituída dentro da sala de aula, mais

com os seus colegas, e com todos os sujeitos que compõem o ambiente escolar em seus variados espaços.

Essa realidade vivida pelo aluno, é algo que deve ser considerado pela escola como elemento indispensável para uma formação significativa em qualquer nível de ensino, da educação infantil ao ensino superior. Retratar a sua realidade e mediar a sua compreensão por meio do saber científico, eleva a aprendizagem. Toda a vivência do aluno enquanto sujeitos sociais e escolares, deve ser considerado na elaboração do PPP, juntamente com os pais, ou responsáveis legais, e com a comunidade.

O caso específico da escola estudada é os distintos níveis de escolaridade que ela atende. A escola atende fundamental I e II nos períodos matutino e vespertino. A educação de crianças exige uma atenção especial, principalmente ao se tratar do ensino nos anos iniciais do fundamental. Nesse aspecto Fávero e Reis (2016) explicam que:

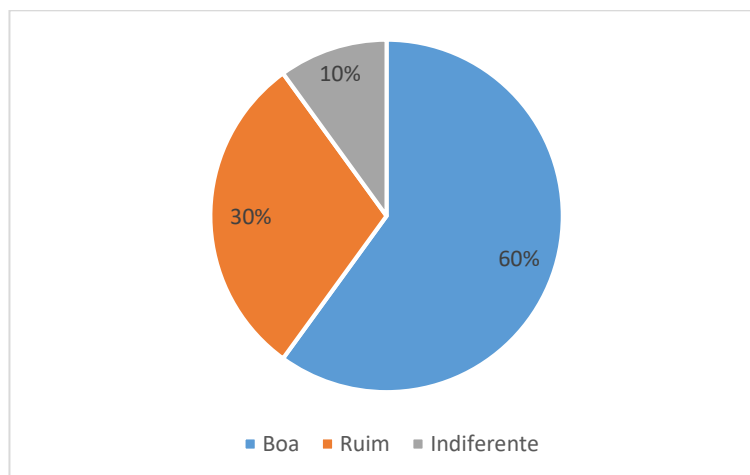
Em uma sociedade marcada pela redução das oportunidades de exercício, o desenvolvimento do potencial psicomotor da criança pode ficar em detrimento frente ao seu crescimento, cabendo à escola cumprir esse papel (...) Com a estimulação psicomotora, a criança encontrará condições de compreender as noções de tempo, duração de intervalos, sequências, ordenação etc., requisitos considerados fundamentais para a aprendizagem dos conceitos que fazem parte da educação formal (p. 23)

Face a esses novos caminhos em que a sociedade capitalista trilha em seus dias atuais, a escola deve apresentar uma estrutura mínima para que a prática da psicomotricidade, tão necessária nos anos iniciais do ensino fundamental, seja contemplada, e seu real objetivo dentro da escola, seja alcançado. A estrutura da instituição escolar pesquisada, nos espaços coletivos como o pátio, possui pouca iluminação e pouca interatividade para os alunos, a presença de cartazes educativos era bem escassa nesses espaços. Existem muitas dificuldades quando se fala em uma mudança na estrutura dessa escola, principalmente pela falta de espaço, e de investimento público, esses elementos inviabilizam ou dificulta qualquer grande reestruturação dessa escola.

Apesar dessas questões, os alunos não possuem grande descontentamento com a escola, pelo contrário, o nível de aprovação da metodologia dos professores e do espaço escolar são satisfatórios (gráfico 1). Dentre os dez alunos entrevistados, seis (60%) se mostraram satisfeitos com a escola. Apesar da falta de estrutura, pouco adequada para a educação de crianças do ensino fundamental I como mencionado, a resposta positiva em estarem na escola pode ser reflexo de alguns projetos, presentes, no PPP dessa escola, que são

desenvolvidos no intuito de auxiliar o aluno na sua integração e na mudança da rotina maçante que a escola pode apresentar.

Gráfico 1: Como você se sente no ambiente escolar?



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Quando questionados sobre os projetos desenvolvidos na escola, afirmaram que existem projetos que são desenvolvidos, porém, possuem maior preferência por dois, as olimpíadas escolares e futsal.

A presença dos pais, ou responsáveis legais, na escola, também é um fator positivo na formação do educando e elemento importante na elaboração do PPP. Em geral muitos pais, ou responsáveis legais, comparecem as escolas apenas quando são solicitados ou em algumas datas comemorativas. Realidade não muito distinta da escola estudada, como afirmaram os alunos por meio dos questionários, todos afirmaram que os pais comparecem em atividades desenvolvidas pela escola, acentuando que é importante essa participação, contudo, quando questionamentos em que momentos essa participação acontece, afirmaram que apenas em datas comemorativas.

CONCLUSÃO

Construir de forma coletiva o PPP não é tarefa fácil, pois exige paciência, uma gestão democrática e horizontal, participação do corpo docente da escola e que as vozes dos alunos sejam ouvidas e consideradas como norteadora da elaboração de atividades, além da participação dos pais, ou responsáveis legais, e de toda comunidade. Mesmo diante de tantos desafios, essa construção coletiva é necessária, pois é por onde o PPP pode ganhar a

credibilidade de todos, se tornar um documento que respeite as particularidades da instituição, e permita que as atividades e disciplinas propostas sejam realmente efetivadas, sendo o PPP não apenas um documento a mais que a escola precisa elaborar de forma obrigatória, mas uma ferramenta importante para ganhos positivos no processo de ensino e aprendizagem.

Com a análise dos dados produzidos, é possível identificar um distanciamento da comunidade escolar com o PPP vigente na escola, exemplo da falta de atualização do mesmo e da pouca participação dos sujeitos na elaboração desse documento. Mesmo diante a essa realidade, os alunos não se encontram insatisfeitos com a estrutura da escola e com os projetos que são desenvolvidos, porém, como identificado, sua participação na elaboração do PPP não é solicitada. A construção coletiva do PPP é uma forma de reconhecer as identidades presentes no ambiente escolar e de refletir sobre mudanças na prática pedagógica.

Alguns adendos devem ser colocados, a construção coletiva é importante, porém um grande desafio, e para a escola pública brasileira, muitos outros elementos dificultam esse processo, o que reflete muitas vezes em projetos elaborados tendo como figura central apenas o gestor, ou refletindo na não atualização desse documento, realidade identificada na escola. É preciso pensar não só na obrigatoriedade da elaboração desse documento pelas escolas como presente na LDB, mas no suporte do poder público para que esse seja construído coletivamente. Um segundo, o trabalho centraliza as discussões nos gestores, professores e alunos, mas toda a comunidade escolar, funcionários e coordenação que vem assumindo papel de grande importância, e comunidade em geral e os pais ou responsáveis legais, também devem ser ouvidos e incentivados a participar.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. (Org.). **Formar professores para uma nova escola**. São Paulo: Pioneira, 1985.

BRASIL. Ministério de Educação. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

FÁVERO, M. T. M et al **Movimento e Aprendizagem**: projeto de intervenção psicomotora para crianças de 1º ano do ensino fundamental. In PIZOLI, R. C; STENTZZLER, M. M (org.) Iniciação à Docência: PIBID e a formação de professores pelos campi da UNESPAR. 22 ed. Editora Ithala. Curitiba, 2016. p. 21-33.

FARIA, F. L. M. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos-metodológicos de um programa de pesquisa. In LOPES, A.C; MACEDO, E. (orgs) **Disciplinas e integração curricular: história e política.** RJ: DPEA, 2002.

LONGHI, S. R. P; BENTO. K. L Projeto político-pedagógico uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, Santa Catarina vol.3, n. 9, p.175-178, 2006. disponível em <<http://www.cep.pr.gov.br/arquivos/File/professores/coletivo.pdf>> acesso em 14 de junho de 2019.

LUCK, H. **Gestão Educacional uma questão paradigmática.** Editora vozes, série cadernos de gestão, vol.1, 10 ed. Petrópolis – RJ, 2003.

VASCONCELLOS, Celso S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo, SP: Libertard, 2002. VAZ, Márcia Cristina Dias. **Gestão Participativa.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/5895/1/gestao-participativa/pagina1.html>.> acesso em julho de 2008.

VEIGA, I. P.A. (Org.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico.** Campinas, 4. ed. SP: Papirus, 2001.